Por Eduardo Takahashi, Country Leader da WTW no Brasil

Em 2026, o mercado de seguros tende a avançar menos pela expansão isolada de ramos e mais pela capacidade de responder às necessidades concretas das indústrias, em um ambiente onde decisões de investimento, financiamento e execução estão cada vez mais conectadas à gestão de riscos. O seguro passa a ser um dos mais importantes instrumentos de mitigação e transferência de riscos e deve ser estruturado a partir do negócio e da lógica operacional de cada setor, acompanhando movimentos estratégicos das empresas.

Nos setores de infraestrutura e construção, por exemplo, o crescimento está diretamente ligado à retomada de projetos complexos, concessões e estruturas dentro do conceito de *project finance*. A viabilidade econômica desses projetos depende de fluxos de caixa previsíveis, governança contratual e mitigação rigorosa de riscos ao longo de todo o ciclo de execução. Nesse contexto, ganham relevância soluções integradas que envolvem seguro garantia, logística e transportes, riscos de engenharia e responsabilidade civil, ampliando-se para a atração de talentos e capacitação de mão de obra, com foco na sustentação financeira e operacional dos projetos.

A agenda de Private Equity e M&A, especialmente conectada à infraestrutura, volta a ganhar tração. Investidores buscam ativos resilientes e de longo prazo, o que amplia a demanda por avaliações aprofundadas de riscos operacionais, ambientais, regulatórios, reputacionais e de pessoas. Os seguros passam a ser utilizados de forma estratégica desde a due diligence até o pós-M&A, influenciando *valuation*, estrutura de financiamento e a integração dos ativos adquiridos.

Na logística, o mercado vive uma transformação estrutural. A retração de *players* tradicionais, a expansão acelerada do *e-commerce* e a internalização de operações por indústrias e varejistas redesenham o perfil de risco. Operações mais fragmentadas, novos modais urbanos e centros de distribuição descentralizados ampliam a exposição a interrupções, perdas, extravios e falhas de SLA, criando demanda por soluções mais flexíveis e modelos robustos de continuidade operacional.

Ganha destaque também o avanço da inteligência artificial e da digitalização intensiva, que tornam o risco cibernético mais latente e estratégico. A expansão de *data centers* no Brasil, impulsionada pela demanda por IA, cloud e processamento de dados, atrai grandes investidores e traz novas exposições relacionadas à segurança da informação, continuidade energética, riscos operacionais e dependência de infraestrutura crítica. Nesse cenário, programas Cyber, soluções de responsabilidade e modelos integrados de resiliência passam a ser componentes centrais dessas operações, especialmente quando combinados a projetos de energia renovável, que buscam garantir estabilidade, eficiência e sustentabilidade no fornecimento energético.

Os impactos climáticos e eventos extremos deixam de ser um risco periférico e passam a atuar como vetor central para múltiplas indústrias. Enchentes, incêndios, vendavais e eventos súbitos afetam diretamente operações de infraestrutura, logística, recursos naturais e energia, exigindo uma abordagem mais pragmática sobre resiliência climática, adaptação de ativos e preparação para interrupções inesperadas.

A segurança e a transição energética também ganham espaço relevante. O desafio não está apenas na migração para fontes renováveis, mas na convivência inevitável, no curto e médio prazo, entre matrizes tradicionais e emergentes. Esse equilíbrio impacta diretamente a continuidade dos negócios, o financiamento de projetos e a exposição a riscos regulatórios e operacionais.

No campo dos recursos naturais, a discussão avança para além do conceito. O foco está em dados, evidências e impactos reais nas operações, conectando tendências globais como clima, pegada de carbono e exigências ESG às decisões práticas de investimento, seguro e gestão de riscos no contexto brasileiro.

A agenda de crédito de carbono se consolida como tema estratégico, tanto no mercado regulado

quanto no voluntário, trazendo oportunidades relevantes, mas também riscos jurídicos, operacionais e reputacionais que exigem governança e estruturação adequadas.

Também cresce o interesse por soluções paramétricas, especialmente aplicadas a eventos climáticos e interrupções operacionais, como forma de acelerar indenizações, aumentar previsibilidade financeira e complementar os modelos tradicionais.

O principal ponto de atenção para 2026 é a aplicação prática da Nova Lei do Seguro e o impacto direto que ela terá na forma como as empresas estruturam, negociam e gerenciam seus programas de riscos.

A nova legislação exige maior clareza contratual, definição objetiva de coberturas, exclusões e responsabilidades, elevando significativamente o nível técnico das contratações. Para as empresas, isso significa menos espaço para interpretações ambíguas e maior necessidade de planejamento, simulação de cenários e alinhamento prévio entre as áreas de risco, jurídica, financeira e operacional.

Nos seguros de responsabilidade, decisões como a alocação de limites entre custos de defesa e indenizações deixam de ser um detalhe contratual e passam a influenciar diretamente a eficácia do programa no momento do sinistro. Em projetos estruturados, infraestrutura e operações financiadas, a atenção à redação das apólices e às condições de garantia torna-se decisiva para evitar impactos em cronogramas, financiamentos e compromissos contratuais.

A nova lei reforça uma mudança de postura no mercado. Empresas que tratam o seguro de forma estratégica, com antecedência e conhecimento técnico, tendem a ganhar eficiência, previsibilidade e segurança jurídica. Abordagens reativas passam a representar um risco adicional, não apenas financeiro, mas também operacional e reputacional.

Fonte: Grupo Virta, em 25.03.2026